

Ministro da Integração poderá ser ouvido durante o recesso

Senador Alvaro Dias, líder do PSDB, deve apresentar nesta terça, ao presidente do Senado, José Sarney, requerimento para que o ministro Fernando Bezerra Coelho compareça ao Congresso e se explique sobre denúncias de uso político do ministério em seu estado, Pernambuco

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), informou nesta segunda-feira que vai apresentar requerimento para que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, compareça ao Congresso. A intenção do senador é apresentar o requerimento nesta terça. Alvaro quer ouvir o ministro sobre denúncias de favorecimento a seu estado de origem, Pernambuco, e sobre irregularidades que teriam ocorrido em sua gestão na prefeitura de Petrolina (PE).

O senador disse que conversou com o presidente do Senado, José Sarney, sobre a convocação. Segundo ele,

Sarney sinalizou que, se o requerimento for apresentado, a convocação será feita. Como o Senado está em recesso, os esclarecimentos do ministro seriam prestados diante da Comissão Representativa, composta por 18 deputados e oito senadores. O ministro já deu declarações à imprensa de que pretende ir ao Congresso apresentar explicações.

Na semana passada, deputados do PPS já haviam protocolado requerimentos para pedido de informações ao ministro e para a convocação da Comissão Representativa do Congresso. O objetivo da reunião seria discutir a destinação de verbas para a



Alvaro e Sarney em foto de 2011: esclarecimentos seriam prestados à Comissão Representativa

Luiz Alves/Senado Federal

prevenção de desastres como os que têm atingindo Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, entre outros estados.

De acordo com matéria publicada na última terça-feira pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, 90% das verbas do orçamento da Integração

Nacional destinadas à prevenção de desastres naturais foram aplicadas em Pernambuco. Segundo a reportagem, “dos gastos autorizados e pagos em 2011, Pernambuco recebeu 14 vezes mais do que o segundo colocado, o Paraná, onde chuvas fortes

provocaram enxurradas e deslizamentos no ano passado”.

O ministro também terá de falar sobre denúncias de que teria beneficiado seu filho, o deputado federal Fernando Coelho (PSB-PE), com o maior volume de liberação de emendas do ministério em 2011, no valor de R\$ 9,1 milhões. O deputado foi o único com 100% de aproveitamento nas propostas apresentadas.

As emendas de Fernando Coelho se destinaram à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa pública presidida por Clementino Coelho, irmão do ministro e tio do deputado.

Sob protestos, número de MPs aumentou 62% no ano passado

Apesar da aprovação de 34 das 37 MPs editadas pelo governo em 2011, os senadores não esconderam a insatisfação com o prazo reduzido que a Casa tem para o exame das medidas. Expectativa é de que a tramitação das MPs seja modificada este ano. 2



Senado se ressentiu: hoje a tramitação de medidas importantes para os cidadãos e a economia começa na Câmara e deputados consomem maior parte do prazo de exame

Waldemir Borges/Senado Federal

Projeto criminaliza importação e venda de lixo hospitalar 3

Senado recebe 20 parlamentares suecos na quinta-feira 2

Mudança na legislação contra drogas prevê multas para usuários 3

Em fevereiro, CCJ vai debater Estatuto da Juventude 3

Obesos podem ter 5% dos assentos em eventos e transportes 3



Publicitário, Leonel Paiva exerceu mandato no Senado de 1997 a 1999

Corpo do ex-senador Leonel Paiva é cremado em Goiás

Foi cremado hoje à tarde, em Valparaíso de Goiás (GO), o corpo do ex-senador pelo Distrito Federal Leonel Paiva.

Paiva morreu no domingo em consequência de angiopatia cerebral isquêmica, doença nos vasos sanguíneos contra a qual ele lutava havia oito anos.

Nascido na cidade de Frutal (MG), Leonel Paiva exerceu vários cargos públicos no Distrito Federal. Também trabalhou como jornalista, comentarista esportivo e publicitário. Foi locutor da *Voz do Brasil* e atuou na campanha Diretas Já, pela volta das eleições diretas para a Presidência

da República. No Senado, exerceu mandato de 1997 a 1999, na vaga deixada por Valmir Campelo, indicado para o Tribunal de Contas da União.

No período em que atuou como senador, pelo PFL, Leonel Paiva apresentou duas PECs sobre a forma de participação dos

trabalhadores no custeio da seguridade social e a extinção dos tribunais especializados em matéria trabalhista. Ele também apresentou projeto de lei para regulamentar a transferência de alunos no ensino superior. As proposições foram arquivadas ao final da legislatura.

Senadores examinaram 23 medidas provisórias em 2010. Em 2011, esse número foi para 37 MPs, sendo que 34 delas foram aprovadas

Número de MPs que passaram pelo Senado aumentou 62% em um ano

O NÚMERO DE medidas provisórias que passaram pelo Senado em 2011 é 62% maior que no ano anterior. Foram 37, contra 23 em 2010. Boa parte delas envolveu questões tributárias e a desoneração de setores produtivos, com impactos desde o contribuinte individual até a larga produção industrial e exportadora.

Foram aprovadas 34 dessas 37 MPs. Entre as leis mais importantes geradas pelas medidas, estão a que reduziu a alíquota previdenciária paga pelos microempreendedores individuais (529/11), a que reformulou órgãos ligados à aviação civil (527/11) e a que aumentou o capital do BNDES (526/11). Já a MP 534/11 isentou de impostos a produção nacional de *tablets* e a MP 552/11 priorizou, no Programa Minha Casa, Minha Vida, famílias em áreas de risco e as sustentadas por mulheres.

Os senadores rejeitaram apenas uma das 37 MPs, a que abriu crédito extraordinário para o Ministério da Educação (508/10). Duas perderam a eficácia por não terem sido votadas no prazo constitucional (120 dias após a edição).



Aumento no número de MPs editadas pelo governo tem impacto direto sobre a pauta de votações do Plenário

Uma das que perderam a eficácia foi a que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (520/11), assunto que voltou à pauta como projeto de lei (PLC 79/11) e foi aprovado. A outra (PLV 4/11) disciplinava sanções a funcionários públicos que quebrassem o sigilo fiscal de contribuintes.

Protestos

Se a aprovação de 92% das MPs que passaram pelo Senado em 2011 pode indicar força do governo no Congresso, o resultado contrasta com a insatisfação manifestada pelos parlamentares da oposição e

da própria base governista.

Como as MPs sempre começam a tramitar na Câmara, boa parte dos 120 dias para exame do Congresso fica com os deputados. Visto que as MPs entram em regime de urgência e trancam a pauta 45 dias depois de editadas, em geral chegam ao Senado já com prioridade sobre as outras matérias e com reduzido prazo para votação, o que gera protestos dos senadores, a começar pelo presidente da Casa, José Sarney.

— Precisamos resolver o grave problema das medidas provisórias. Seu rito de tramitação transformou-se numa

armadilha que perturba o funcionamento das instituições, sobretudo das nossas Casas legislativas, com constante bloqueio de nossas pautas e às vezes com retardamento de tantos e tão importantes problemas que temos a resolver — frisou Sarney na abertura dos trabalhos legislativos de 2011.

Para assegurar que o Senado tenha tempo para opinar, Sarney apresentou a PEC 11/11, que altera o rito de tramitação das MPs no Congresso. A proposta foi aprovada pelo Senado em agosto do ano passado e desde então tramita na Câmara dos Deputados.

Comissão analisou 295 propostas sobre economia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinou 295 proposições em 2011, segundo o presidente do colegiado, Delcídio do Amaral (PT-MS).

— Nossa vitória é a vitória dos senadores que se empenharam muito aqui. É uma vitória coletiva — destacou.

No ano, a CAE fez 72 reuniões, com análise de 115 projetos de lei do Senado (PLS) e 14 originários da Câmara (PLC), 23 mensagens presidenciais com pedidos de autorização de empréstimos externos e



Delcídio do Amaral

84 requerimentos para finalidades diversas.

Entre os projetos, Delcídio destacou a proposta de garantir a autonomia financeira, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública (PLS 225/11), que seguiu para a Câmara, e outra que amplia o controle de gastos com publicidade e patrocínio das estatais federais.

Delcídio salientou que os números do balanço demonstram a importância da comissão para os trabalhos da Casa.

Delcídio salientou que os números do balanço demonstram a importância da comissão para os trabalhos da Casa.

Código Florestal foi o foco de debates sobre meio ambiente

O debate sobre o novo Código Florestal ocupou a maior parte do trabalho da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em 2011, especialmente no segundo semestre.

De um total de 35 audiências públicas feitas pela comissão, presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), pelo menos 17 trataram do tema. Foram ouvidos cientistas, ex-ministros do Meio Ambiente — Marina Silva, Sarney Filho, Carlos Minc e José Carlos Carvalho



Rodrigo Rollemberg

—, ex-ministros da Agricultura — Reinhold Stephanes, Francisco Turra e Alysson Paulinelli — e inúmeros juristas e magistrados. A CMA discutiu também a segurança do programa nuclear

brasileiro, o uso racional da água, a economia verde e o vazamento de óleo na plataforma da Chevron na Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro.

Foram 60 reuniões, em que foram aprovados 20 projetos de lei.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Projeto prevê multa para usuário de drogas ilícitas

As penas já previstas na legislação para o usuário de drogas — advertência sobre os efeitos, prestação de serviços à comunidade ou comparecimento a programa educativo — podem ser acrescidas de multa. Essa é a intenção de Sérgio Souza (PMDB-PR). Para o senador, a multa teria fim pedagógico e seria de R\$ 200 a R\$ 1 mil, conforme projeto apresentado por ele (PLS 763/11). Os recursos

arrecadados serão destinados ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Sérgio Souza lembra que, com a Lei 11.343/06, o usuário de drogas passou a ser considerado vítima e o foco da questão “está calcado na prevenção e reinserção social, tanto que a sanção privativa de liberdade e pecuniária foram abolidas”.

No entanto, o senador considera que o efetivo combate ao tráfico de drogas exige que o Estado adote medidas contra os que alimentam esse comércio. “As penas para o usuário de drogas são muito brandas e não desestimulam a prática ilícita. É preciso sinalizar para o usuário de drogas que ele corre graves riscos pessoais no campo legal caso seja apanhado consumindo drogas ou caso se envolva em crimes sob o uso de drogas”, argumenta.



Sérgio Souza avalia que as penas atuais não coíbem os usuários

Importação de lixo hospitalar pode ser crime

O descarte irregular, a venda e a importação de lixo hospitalar podem se tornar crime. Esse é o objetivo do PLS 653/11, apresentado por Humberto Costa (PT-PE), que aguarda parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para o senador, a punição criminal aos que tratam irresponsavelmente os resíduos hospitalares poderá evitar casos como o ocorrido em outubro do ano passado, em Pernambuco. Na ocasião, a Receita Federal descobriu, no Porto de Suape, em Recife, carregamento de fronthas e lençóis usados e sujos de sangue importados de unidades de saúde norte-americanas. O material estava em contêineres e foi declarado como tecidos de algodão com defeito.



Humberto Costa pretende evitar casos como o ocorrido em seu estado

“O que causou maior perplexidade foi saber que a legislação penal brasileira é silente. A empresa importadora pode ser multada, mas seus diretores dificilmente serão responsabilizados criminalmente, a não ser na hipótese remota de crime tributário”, afirma o senador.

De acordo com Humberto Costa, o projeto baseia-se em regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Garantia de 5% de assentos para obesos em transporte coletivo

A garantia de assentos especiais para pessoas obesas em eventos culturais e esportivos e em veículos de transporte público pode ser assegurada por lei em 2012.

Aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado no fim de 2011, o PLC 132/11 prevê reserva de pelo menos 5% dos assentos para pessoas acima do peso. A matéria será votada terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Hoje existem no Brasil cerca de 56 milhões de obesos e falta legislação que assegure acessibilidade a essas pessoas, justifica o autor, deputado

Manoel Junior (PMDB-PB). O projeto altera a Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/00), determinando “a instalação de assentos especiais para pessoas obesas em locais de espetáculos, entretenimento, esportes, conferências, aulas e outros de natureza similar e nos veículos de transporte público coletivo em geral”.

De acordo com o projeto, pelo menos 5% dos assentos disponíveis deverão ser destinados a pessoas obesas, mas esses lugares poderão ser ocupados por outras pessoas se não houver interessados nas compras dos bilhetes especiais.



Meia-entrada em eventos culturais é uma das divergências no projeto

Estatuto da Juventude deve gerar polêmica em 2012

Voto em separado de Demóstenes Torres apresenta 32 emendas ao relatório de Randolfe Rodrigues. Projeto será discutido na primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça, dia 8 de fevereiro

O ESTATUTO DA Juventude (PLC 98/11) deverá provocar polêmica na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) já na primeira reunião de 2012, prevista para 8 de fevereiro. Três propostas são foco de divergências: meia-entrada em eventos culturais, de entretenimento e lazer; desconto de 50% nos transportes intermunicipais e interestaduais; e vinculação de, no mínimo, 30% de recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) a programas destinados aos jovens.

O relator da proposta na CCJ, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), fechou parecer preliminar pela aprovação do texto oriundo da Câmara com sete emendas próprias e mais quatro das dez emendas oferecidas até agora. Resta a Randolfe analisar duas subemendas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e uma emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR).

Demóstenes Torres (DEM-GO) apresentou voto em separado com 32 emendas. Ele chegou a aceitar algumas mudanças feitas pelo relator, como a retirada da meia-passageira em transportes



Randolfe propõe meia-entrada para 40% das vagas na iniciativa privada

intermunicipais e interestaduais a estudantes de 15 a 29 anos, mas enquanto Randolfe sugere meia-entrada para 50% das vagas em programas culturais e de lazer nos eventos financiados pelo Programa Nacional de Cultura e para 40% da lotação nos bancados com recursos privados, Demóstenes restringe o benefício para estudantes às apresentações patrocinadas ou subsidiadas pelo poder público.

Demóstenes suprimiu a emenda de Randolfe que reserva — apenas no transporte coletivo interestadual — duas vagas gratuitas por veículo para jovens com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Ocupados esses



Demóstenes apoia desconto, mas só quando houver patrocínio público

assentos, ainda haveria mais duas vagas por veículo com desconto mínimo de 50% para estudantes nas mesmas condições. Uma das subemendas de Aloysio Nunes também tratou de excluir essa vantagem.

O senador do DEM discorda que o padrão de renda dos beneficiários do Bolsa Família seja parâmetro para classificação dos jovens com direito a meia-entrada.

Superada essa etapa de discussão, a matéria será examinada pelas comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos. Randolfe poderá ser indicado como relator do projeto também nesses colegiados.

Estrangeiros poderão receber bolsas do Prouni

Está pronto para ser votado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que visa incluir estudantes estrangeiros entre os que podem receber bolsas do governo brasileiro para instituições privadas de educação superior. A proposta modifica a Lei 11.096/05, que criou o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Pelo texto (PLS 324/11), é assegurada prioridade a estudantes de países africanos e latino-americanos. O senador

busca aumentar a internacionalização das instituições brasileiras de educação superior e fortalecer os laços com as nações beneficiadas.

— Uma das deficiências observadas nas universidades brasileiras é o reduzido contingente de estudantes estrangeiros no seu corpo discente. Trata-se de traço impróprio em um mundo marcado pelo multiculturalismo e pelo dinamismo dos intercâmbios em todos os aspectos da vida social — observa.

Nas principais universidades



Projeto de Crivella dá prioridade a alunos africanos e latino-americanos

dos Estados Unidos, os estudantes estrangeiros representam até 20% dos alunos. Na Universidade de São Paulo, a mais importante do Brasil, o índice não chega a 3%. O projeto ainda será analisado pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.